



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO**

Contrato Nº 008/2015 que entre si celebram a Secretaria de Estado do Trabalho e do Empreendedorismo, e a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB, objetivando a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Processo nº. 430.000.323/2015

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS PARTES**

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado do Trabalho e do Empreendedorismo do Distrito Federal, CNPJ nº 04.251.080/001-09, representada por Thiago Jarjour, na qualidade de Secretário, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e a COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL – CAESB, com sede no Centro de Gestão Águas Emendadas, Av. Sibipiruna, lotes 13/21, Águas Claras, Brasília/DF, CEP 71.928-720, Inscrição Estadual nº 07.324.667-001-67, inscrita no CNPJ sob o nº 00.082.024/0001-37, neste ato representada pelo seu Superintendente, Senhor Ricardo Zorzo, portador da Cédula de Identidade nº 1.030.848 – SSP/DF, inscrito no CPF sob o nº 316.540.881-53, e pelo Diretor Financeiro e Comercial da CAESB Senhor Geraldo Julião Júnior, brasileiro, casado, economista, carteira de identidade nº 2988 CRE-MG, CPF sob o nº 301.173.306-63, ambos residentes e domiciliados em Brasília/DF, doravante denominada, CONTRATADA, celebram o presente Contrato, com base no art. 25, caput, art. 57, inciso II, e art. 62, § 3º, inciso II, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; nas Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nas Leis Distritais nº 3.365, de 16 de junho de 2004, e 442, de 10





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO**

de 1993; nas Leis nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nas Leis Distritais nº 3.365, de 16 de junho de 2004, e 442, de 10 de maio de 1993, no Decreto do GDF nº 26.590, de 23 de fevereiro de 2006, no Contrato de Concessão nº 01/2006, da Agência Reguladora de Águas do Distrito Federal – Adasa, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria, de acordo com as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

O presente Contrato tem por objeto a prestação, de forma contínua, dos serviços públicos de abastecimento de água e esgoto sanitário para as dependências da Secretaria de Estado do Trabalho e do Empreendedorismo, conforme endereços abaixo relacionados, ou quais quer outras unidades acrescidas em sua estrutura:

- Sede – SBN, Quadra 2, Bloco K, Lote 9, Edifício Wagner, 3º Subsolo – Brasília/DF
- Agência Galeria Oeste – SCN Qd. 01 Bloco D Galeria Oeste
- Agência Plano Piloto – Setor Comercial Sul Quadra 06, Bloco A (Antigo Prédio CDL)
- Agência Brazlândia – SCDN Bloco K, Lojas 01/05.
- Agência Candangolândia – Rua dos Transportes, Área Especial 01 (Adm. Regional)
- Agência Ceilândia – EQNM 18/20, Bl. B (Praça do Cidadão)
- Agência Gama – Área Especial S/N Setor Central (Administração)
- Agência Guará – QE 02, Lote N, Área Especial, Guará I.
- Setor P-Sul – EQNP 26/30, Bl. G, Lj. 05, Av. P3
- Agência Itapoã – Quadra 01, Lote 5, Del Lago.
- Agência Planaltina – Avenida Uberdan Cardoso Setor Administrativo Planaltina.
- Agência Recanto das Emas – Qd. 205, Lotes 101/102.
- Agência Riacho Fundo – AC 03, Praça Central, Lote 06 – Riacho Fundo II.







**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO**

- Agência Samambaia – QN 303, Conjunto 01, Lote 03.
- Agência Santa Maria – QCE 211, Galpão Cultural.
- Agência São Sebastião – Qd. 101, Área Especial – Administração Regional.
- Agência Sobradinho – Qd. 08, Área Especial 3.
- Agência Taguatinga – C4 – Lote 03 – Avenida das Palmeiras
- Agência Estrutural – Área Especial n.º 08.
- Casa do Artesão CONIC – Ed. Darcy Ribeiro, SDS BL PRJ T2 e T4
- Fabrica Social Unidade I – SCIA Quadra 14, Conjunto 02, Lote 16
- Fabrica Social Unidade III – SCIA Quadra 12, Conjunto 01, Lote 12

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORNECIMENTO**

A CAESB executará de forma contínua os serviços de que trata a cláusula primeira e, em intervalos regulares, efetuará a leitura do hidrômetro da unidade de consumo para apurar o volume de água fornecido no período de referência.

**Parágrafo primeiro.** O consumo de água, expresso em metros cúbicos (m³), será apurado pela diferença entre duas leituras consecutivas do mesmo hidrômetro, desprezadas frações de metro cúbico.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS PRINCIPAIS DIREITOS DO CONSUMIDOR**

São direitos do CONSUMIDOR, sem prejuízo de outros garantidos em normas legais ou regulamentares:

I – receber serviço adequado, assim considerado aquele que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas;

II – receber do poder concedente e da CAESB informações para a defesa de interesses individuais e coletivos;

III – obter com presteza a ligação da unidade de consumo às redes de água ou de





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO**

esgotos;

IV – receber os serviços dentro das condições e padrões estabelecidos em normas legais e regulamentares;

V – obter informações detalhadas relativas às suas contas de abastecimento de água e esgoto sanitário e sobre os serviços realizados pela CAESB;

VI – obter verificações gratuitas, da CAESB, quando o resultado constatar erro fora da faixa de variação admissível de -5% a +5% nos instrumentos de medição, independente do intervalo de tempo;

VII – ser previamente informado, pela CAESB, de quaisquer alterações e interrupções na prestação dos serviços decorrentes de manutenção programada, com indicação clara dos períodos e alterações previstas, bem como das medidas mitigadoras a serem oferecidas;

VIII – ser informado, diretamente ou por instrumento de divulgação adequado, de acidentes ocorridos no sistema que afetem a prestação regular dos serviços, com indicação clara dos períodos e alterações previstas e das medidas mitigadoras;

IX – obter serviço específico, gratuito, eficiente e de fácil acesso, para atendimento às reclamações do CONSUMIDOR com presteza.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS PRINCIPAIS DEVERES DO CONSUMIDOR**

São deveres do CONSUMIDOR, sem prejuízo de outros previstos em normas legais ou regulamentares:

I – levar ao conhecimento do poder público e da CAESB as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço prestado;

II – comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela CAESB na prestação do serviço;

III – contribuir para a permanência das boas condições dos bens públicos através dos quais lhe são prestados os serviços;

IV – utilizar, de modo adequado, os serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário, mantendo em condições adequadas as instalações internas da respectiva







**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO**

unidade de consumo;

V – colaborar com a preservação dos recursos hídricos, controlando os desperdícios e perdas de sua utilização;

VI – observar, no uso dos sistemas de saneamento básico, os padrões permitidos para lançamento na rede coletora, responsabilizando-se por todo e qualquer dano causado ao sistema e aos recursos hídricos por lançamentos indevidos;

VII – pagar, dentro dos prazos, as faturas referentes aos serviços de abastecimento de água e esgoto sanitário e a outros realizados pela CAESB, conforme os valores estabelecidos em normas legais e regulamentares

VIII – evitar que pessoas não-autorizadas pela CAESB realizem serviços de instalação, reparação, substituição ou remoção de hidrômetros, bem como retirem ou substituam os respectivos selos;

IX – providenciar, às suas expensas, a substituição do hidrômetro em decorrência de danos, avarias, furto ou perda total, sem prejuízo das multas a que estiver sujeito em tais casos;

X – permitir o acesso de empregados e representantes da CAESB a suas instalações, quando necessário realizar serviços relacionados ao objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA SUSPENSÃO DOS SERVIÇOS**

Não se caracteriza como descontinuidade dos serviços a sua interrupção em situação de emergência ou, após prévio aviso, quando:

I – por inadimplemento do CONSUMIDOR, caracterizado pelo atraso superior a 60 (sessenta) dias no pagamento de fatura mensal;

II – motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DAS TARIFAS**

A cobrança do serviço de abastecimento de água obedecerá à estrutura tarifária atualizada, homologada pela Agência Reguladora de Águas do Distrito Federal.





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO**

Adasa, aplicando-se ao CONSUMIDOR a tarifa correspondente à categoria em que se enquadrar o imóvel.

**Parágrafo único.** O cálculo da cobrança pelo serviço de esgoto sanitário será igual a 100% (cem por cento) da cobrança de água.

**CLÁUSULA OITAVA – DOS REAJUSTES E REVISÕES DE TARIFAS**

Os reajustes ou revisões das tarifas praticadas pela CAESB serão analisados e homologados pela Adasa, obedecendo a critérios e periodicidade definidos por esta agência reguladora, sem qualquer interferência do CONSUMIDOR e independente de sua anuência.

**CLÁUSULA NONA – DO FATURAMENTO**

A CAESB emitirá fatura mensal dos serviços objeto deste contrato, com base no consumo apurado e na tarifa atualizada correspondente à classificação e à faixa de consumo do CONSUMIDOR.

**Parágrafo único.** Na fatura de água, a CAESB deverá informar o volume de água consumido no mês, o mês de apuração do volume de água faturado, datas de leitura do hidrômetro (mês anterior e atual), o número do hidrômetro e os valores individualizados dos tributos incidentes sobre o consumo de água e sobre o faturamento relativo ao esgoto sanitário.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO**

O pagamento das faturas mensais será efetuado mediante Ordem Bancária, em favor da Caesb, até a data de vencimento.

**Parágrafo único.** O não-pagamento das faturas até a data de vencimento sujeitará o CONSUMIDOR a multa de 2% ao mês, juros de mora de até 1% ao mês e correção monetária com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sem prejuízo de outras penalidades previstas em normas legais ou regulamentares.







**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO VALOR**

O valor estimado do Contrato para 12 (doze) meses é de R\$ 196.973,85 (cento e noventa e seis mil novecentos e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária: 25101

II – Programa de Trabalho: 11122600185177895

III – Natureza da Despesa: 33.90.39;

IV – Fonte de Recursos: 100

O empenho inicial é de R\$ 70.582,30 (setenta mil quinhentos e oitenta e dois reais e trinta centavos), conforme Nota de Empenho nº. 2015NE00387, emitida em 21/08/2015, na modalidade estimativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA**

O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

**Parágrafo único.** Como condição de sua eficácia, o presente contrato e seus aditamentos deverão ser publicados no Diário Oficial da União, por extrato resumido, até o 5º dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, o que será providenciado pelo CONSUMIDOR às suas expensas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

Caso a Contratada não cumpra integralmente as obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeita às sanções previstas no Decreto nº 26.851 de 30 de maio de 2006, no Decreto nº 26.993 de 12 de julho de 2006 e no Decreto 27.069 de 14 de agosto de 2006, e subsidiariamente às previstas no artigo 87 da Lei 8666/93, Lei de Licitações e Contratos e no artigo 7º da Lei 10.520/2002, Lei do Pregão Eletrônico.





**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO**

Este contrato poderá ser rescindido nas seguintes situações:

- a) solicitação do CONSUMIDOR, por escrito;
- b) por ação da CAESB quando não forem cumpridas as obrigações contratuais por parte do usuário, ou, na ocorrência de eventuais impedimentos na prestação de serviços;
- c) por inadimplência de qualquer das partes, observadas as peculiaridades do tipo de serviço prestado.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO**

O CONSUMIDOR designará servidor para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relativas ao serviço contratado e tomará as providências cabíveis para sanar faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

Os casos omissos serão resolvidos com base nas normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria, especialmente as Leis nº 8.987/95 e 8.078/90, a Lei Distrital nº 3.365/2004, o Decreto do GDF nº 26.590/2006 e o Contrato de Concessão nº 01/2006 – ADASA.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

Fica eleito o foro de Brasília - Distrito Federal, para dirimir eventuais dúvidas relativas ao cumprimento do presente contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

A lavratura deste Contrato foi autorizada, por parte do CONSUMIDOR, por ato de reconhecimento de inexigibilidade de licitação, registrada sob o nº 02/2008 e formalizada nos autos de processo administrativo de nº 10111.001009/2007, ao qual







**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DO EMPREENDEDORISMO**

o CONSUMIDOR se acha vinculado.

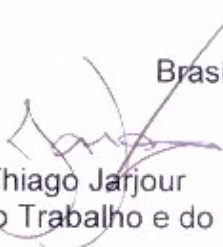
E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, do qual extraíram-se 03 (três) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fica vedado a pessoa jurídica de contratar com o Governo do Distrito Federal, cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de contratos de prestação de serviço terceirizado, contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens e convênios e os instrumentos equivalentes. (Decreto nº 32.751/2011, de 04/02/2011, publicado no DODF de 07/02/2011 p 01).

Havendo irregularidades neste instrumento entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060, conforme Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012.

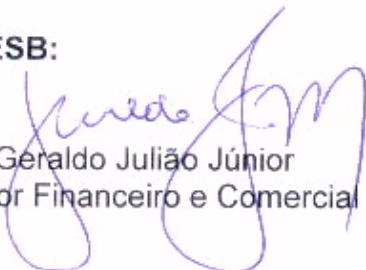
Brasília-DF, 28 de setembro de 2015.


**Pelo Distrito Federal:**

  
Thiago Jarjour

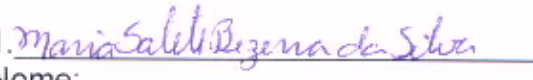
Secretario de Estado do Trabalho e do Empreendedorismo

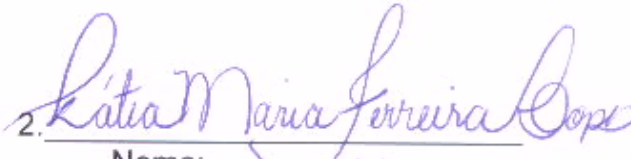
**Pela CAESB:**

  
Geraldo Julião Júnior  
Diretor Financeiro e Comercial

  
Ricardo Zorzo  
Superintendente

**Testemunhas:**

1.   
Nome:  
CPF nº 184.506.101-25

2.   
Nome:  
CPF nº 358.344.121-9

